



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do INSS, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, assim como, no caso específico deste requerimento, dada a natureza restritiva da solicitação, das disposições contidas na Lei Complementar nº 105/2001 e na Lei nº 12.965/2014, quando aplicáveis, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **LEVANTAMENTO (QUEBRA) E TRANSFERÊNCIA**, em formato digital, do sigilo de dados bancários e fiscais de **ADEMIR FRATRIC BACIC (CPF 263.689.578-75), VINCULADO AO GRUPO TOTAL HEALTH (THG)**, conforme detalhamento abaixo, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

a) **Bancário:** movimentação financeira, entre **JANEIRO DE 2019 E JULHO DE 2025**, de todas as contas de depósitos, de poupança, de investimento e de outros bens, direitos e valores, inclusive mobiliários, assim como das operações com cartão de crédito;

b) **Fiscal:** declarações de imposto de renda, entre **JANEIRO DE 2019 E JULHO DE 2025**, acompanhadas de dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: (1) Extrato PJ ou PF (estrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); (2) Cadastro de Pessoa Física; (3) Cadastro de Pessoa Jurídica; (4) Ação Fiscal (informações sobre todos



os processos instaurados contra a pessoa investigada); (5) Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; (6) Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); (7) Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); (8) DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); (9) DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); (10) DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); (11) DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); (12) DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); (13) DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); (14) DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); (15) DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); (16) DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); (17) DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); (18) DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); (19) DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); (20) CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); (21) DICON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); (22) DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); (23) DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); (24) PAES (Parcelamento Especial); (25) PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); (26) SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); (27) SINAF (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); (28) SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); (29) COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco). Requer-se outrossim, com relação ao mesmo período, e no que couber, a disponibilização das notas fiscais emitidas, uma análise sobre a movimentação financeira, assim como uma análise comparativa entre a referida movimentação financeira e aquelas verificadas nos três anos anteriores ao período em questão.

Registre-se que a presente ordem de levantamento de sigilo (quebra) e transferência de dados há de ser cumprida, sob pena de desobediência, devendo-se as informações requeridas serem enviadas em formato digital.



JUSTIFICAÇÃO

É público e notório que as comissões parlamentares de inquérito não são dotadas de quaisquer competências sancionatórias, ou seja, não têm o poder de punir quem quer que seja. No entanto, desempenham um relevantíssimo papel institucional na elucidação de fatos de interesse da coletividade, sobretudo daqueles que, em condições normais, não viriam ao conhecimento da sociedade ou das autoridades competentes para avaliá-los, segundo as óticas política e jurídica, respectivamente. Bem por isso a Constituição investiu as CPIs de “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, facultando-lhes “a realização de diligências que julgar necessárias”, porquanto atuam em nome do povo soberano do qual são representantes, não sendo possível, por isso mesmo, opor a elas quaisquer limitações no exercício desse importante múnus público, salvo, como é evidente, se vulnerarem direitos e garantias fundamentais dos investigados, o que não parece ser o caso, na espécie. Nessa esteira, a quebra do sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de qualquer pessoa – natural ou jurídica – sujeita a investigação legislativa pode ser legitimamente decretada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que esse órgão estatal o faça mediante deliberação adequadamente fundamentada e na qual indique, ainda que superficialmente, a necessidade objetiva da adoção dessa medida extraordinária.

QUANTO AOS FATOS:

A medida excepcional de quebra de sigilo fiscal e bancário de Ademir Fratric Bacic (CPF 263.689.578-75) não é apenas justificada, mas absolutamente imperativa para a completa elucidação da arquitetura criminoso que se instalou para depredar os recursos de aposentados e pensionistas. O alvo não é uma figura acessória, mas um ator central, cuja biografia se entrelaça de forma umbilical com a gênese da fraude. Fontes robustas e investigações em curso o apontam como fundador e primeiro presidente da Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (Ambec), uma das principais entidades de fachada utilizadas no esquema. Simultaneamente, sua relação de parentesco direto com Maurício



Camisotti — seu tio e apontado como o beneficiário final do Grupo Total Health (THG) — estabelece uma conexão inequívoca entre a frente operacional da fraude e seu comando estratégico, tornando o devassamento de suas contas um passo inadiável para esta Comissão.

O *modus operandi* da organização revela um padrão cínico de aparelhamento familiar e corporativo, e Ademir Bacic é um protagonista desse modelo. Investigações já demonstraram que executivos e familiares de Camisotti foram sistematicamente alocados em cargos de direção nas entidades associativas conveniadas ao INSS. O caso de Bacic é emblemático: após fundar e presidir a Ambec, foi sucedido por seu próprio pai, Antônio Fratric Bacic, que, na condição de cunhado de Camisotti, assinou o contrato da entidade com o INSS em 2021. Essa sucessão endogâmica e nepotista não é mera coincidência; é uma estratégia deliberada para garantir controle absoluto e lealdade na execução de um esquema bilionário. A quebra de sigilo é a única ferramenta capaz de expor o fluxo de capitais que recompensa essa lealdade, revelando como os lucros ilícitos eram distribuídos dentro dessa estrutura familiar.

As suspeitas que recaem sobre Ademir Bacic não são etéreas; elas se materializam em cifras concretas. Reportagens e documentos investigativos indicam que o alvo teria recebido a impressionante soma de R\$ 11 milhões por meio de suas empresas, notadamente a Prevident Assistência Odontológica. Este vultoso montante exige um escrutínio rigoroso, pois coincide com o período de atuação predatória do esquema contra os beneficiários do INSS. É fundamental conectar esse enriquecimento pessoal ao universo de movimentações financeiras suspeitas do Grupo THG, que, sob o comando de Camisotti, é acusado de lavagem de dinheiro e da movimentação atípica de R\$ 790 milhões. A análise de seus dados fiscais e bancários permitirá a esta CPI rastrear a origem desses recursos, verificar a compatibilidade de sua evolução patrimonial e confirmar se seu enriquecimento foi alimentado diretamente pelos descontos indevidos.



A presente solicitação encontra respaldo sólido em múltiplas frentes investigativas e judiciais já instauradas, afastando qualquer alegação de prospecção especulativa. O nome de Ademir Fratric Bacic já figura como alvo de apurações da Polícia Federal e do Ministério Público e como parte em diversos processos cíveis que tratam da "farra do INSS", muitas vezes ao lado de Camisotti e de empresas do Grupo THG. Há registro, inclusive, de um inquérito policial específico (nº 1445) e de um julgamento no qual foram apontados indícios de sua participação em atos de transmissão ilegal de patrimônio, o que culminou na desconsideração da personalidade jurídica de uma de suas empresas. Tais fatos constituem indícios robustos de atividade ilícita e fornecem a esta Comissão a causa provável necessária e suficiente para justificar a medida extrema.

Em suma, Ademir Fratric Bacic representa um nó górdio que une a criação das entidades de fachada, a gestão operacional do esquema e os laços familiares que garantiam o controle da organização criminosa. Sua atuação como fundador da Ambec, autor de e-mails de gestão e sobrinho do principal investigado o coloca no epicentro dos fatos apurados. Permitir que suas transações financeiras permaneçam sob o manto do sigilo seria uma falha indesculpável desta CPMI, representando uma renúncia ao seu dever de investigar a fundo e de expor toda a cadeia de comando e de beneficiários. A quebra de seu sigilo não é uma opção, mas uma obrigação inarredável para com a sociedade brasileira e as vítimas deste esquema.

QUANTO AO DIREITO:

Os direitos fundamentais constituem base estruturante do Estado Democrático de Direito e um dos objetivos fundamentais do constituinte originário de 1988. Mas os direitos fundamentais não são absolutos e sua proteção, para além da esfera de proteção individual em face do Estados e dos demais cidadãos, serve também a um propósito de interesse público. Isso significa que, em situações excepcionais e previamente autorizadas por lei, os direitos fundamentais podem ser relativizados em prol da satisfação de outros direitos ou valores também



consagrados pelas sociedades democráticas. É precisamente isso que se verifica no presente caso. Há situações em que, pela gravidade dos fatos objeto de apuração e pela necessidade da medida, o interesse público justifica a relativização de direitos e garantias fundamentais da intimidade e da vida privada, a exemplo do sigilo de dados bancários e fiscais, das comunicações telefônicas, da correspondência etc. A ponderação entre a preservação dos direitos fundamentais e o interesse público na atividade de investigação deve ser realizada pela autoridade judicial ou, no caso, pela comissão parlamentar de inquérito, que tem poderes próprios de autoridade judicial. Observadas as condicionantes legais para a relativização desses direitos, como se demonstrou acima, é a autoridade competente que deve, em decisão fundamentada, avaliar a necessidade e a proporcionalidade da medida no caso concreto.

O Supremo Tribunal Federal já reconheceu, em diversos precedentes, a legitimidade da transferência de sigilo decretada por CPI quando observados os requisitos legais:

MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI DO FUTEBOL). PRELIMINAR DE PREJUDICIALIDADE. QUEBRA DE SIGILOS FISCAL E BANCÁRIO. ATENDIMENTO À EXIGÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. 1. Se a CPI tornou sem efeito a transferência dos sigilos bancário e fiscal dos dois primeiros impetrantes, fica o writ, nessa parte, prejudicado. 2. Hipótese em que o ato impugnado partiu de fato concreto baseado em indícios de envolvimento do terceiro impetrante com evasão de divisas e irregularidades nas transações com jogadores nominalmente identificados. 3. Aplicação da jurisprudência desta Corte, que exige, na espécie, demonstração da existência concreta de causa provável que legitime a quebra do sigilo. Mandado de segurança prejudicado quanto aos dois primeiros impetrantes e indeferido relativamente ao terceiro, cassando-se, em relação a este último, a liminar anteriormente concedida. (MS 23860, Relator(a): MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 31/10/2001, DJ 01-02-2002 PP-00085 EMENT VOL-02055-01 PP-00164).



No mesmo sentido, veja-se:

"O princípio da colegialidade traduz diretriz de fundamental importância na regência das deliberações tomadas por qualquer CPI, notadamente quando esta, no desempenho de sua competência investigatória, ordena a adoção de medidas restritivas de direitos, como aquelas que importam na revelação (Disclosure) das operações financeiras ativas e passivas de qualquer pessoa. A legitimidade do ato de quebra do sigilo bancário, além de supor a plena adequação de tal medida ao que prescreve a Constituição, deriva da necessidade de a providência em causa respeitar, quanto à sua adoção e efetivação, o princípio da colegialidade, sob pena de essa deliberação reputar-se nula." (MS 24.817, rel. min. Celso de Mello, julgamento em 3-2 2005, Plenário, DJE de 6-11-2009.) "A fundamentação exigida das Comissões Parlamentares de Inquérito quanto à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático não ganha contornos exaustivos equiparáveis à dos atos dos órgãos investidos do ofício judicante. Requer-se que constem da deliberação as razões pelas quais veio a ser determinada a medida" (MS 24.749, rel. min. Marco Aurélio, julgamento em 29-9-2004, Plenário, DJ de 5-11-2004.).

Portanto, presentes neste requerimento os indícios suficientes para caracterizar a necessidade de participação da referida pessoa, sendo a medida necessária e proporcional, legítima e excepcional de transferência de sigilo, não se justificando qualquer censura.

Dessa forma, considera-se que o **LEVANTAMENTO (QUEBRA) E TRANSFERÊNCIA**, em formato digital, do sigilo de dados bancários e fiscais de **ADEMIR FRATRIC BACIC (CPF 263.689.578-75), VINCULADO AO GRUPO TOTAL**



HEALTH (THG), tem muito a subsidiar os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

